



**Eliane Cantanhêde**

E-mail: [eliane.cantanhede@estadao.com](mailto:eliane.cantanhede@estadao.com); Twitter: @ecantanhede

## É pra rir ou pra chorar?

É bem possível que os ministros não entendam nada de comunicação, mas o grande problema do governo não é esse, mas, sim, que o presidente Lula se comunica excessivamente e mal, dando uma bola fora atrás da outra. As duas últimas vindo a público são a história do sumiço de 261 móveis, obras e objetos do Alvorada e a notícia de que, ora, ora, o governo Lula decreta cem anos de sigilo para 1.339 pedidos de informação, como Bolsonaro fazia, sob chuvas de protestos.

Seria uma irresponsabilidade inadmissível se fosse qualquer um, mas é muito grave quando o presidente mais do

que insinua, praticamente acusa o antecessor de ter levado embora até o mobiliário do palácio residencial. Irresponsável, grave e sujeita a processo, a declaração fica ainda pior porque os novos móveis foram comprados sem licitação e tem efeito colateral depois de revelado que estava tudo lá: o uso político de Bolsonaro e bolsonaristas. O MP já tinha embolado “importunação de baleia” com fraude em atestado de vacinas, uso indevido do cartão corporativo, tentativas de embolsar e contrabandear joias, além, obviamente, a trama do golpe. A cada notícia sobre os Bolsonaros, a reação de advogados, amigos e militantes

é a mesma: acusar “perseguição política” e ridicularizar, comparando com a ação da baleia.

**A economia e o governo até vão bem, o que vai mal é o presidente, que fala muito e mal**

A partir de agora, a baleia volta para águas profundas e, na narrativa bolsonarista, emergem os móveis do Alvorada. Misturam-se realidade, delações e provas contra Bolsonaro com a acusação leviana de Lula. E, assim, Lula dá armas e mu-

nições para o inimigo, a quem chamou de “covardão” por não ter ido até o fim com o golpe. Onde Lula está com a cabeça?

E essa história dos cem anos de perdão, ops!, de sigilo? Algum gênio lança a ideia e o presidente repete o que ele e todos os demais criticavam em Bolsonaro. Não aprenderam que, não importa quem seja presidente, alguém descobre móveis e sigilos escandalosos, assim como foram revelados joias e atestados falsos inseridos na rede do SUS. Nem tentativa de golpe, liderada pelo ex-presidente e envolvendo altas patentes militares, escapou.

A lista de erros de Lula é longa: Venezuela, Nicarágua, com-

parar Israel com nazismo, acusar os EUA, sem provas, de ter se “mancomunado com a Lava Jato”, jogar dinheiro na refinaria Abreu e Lima, interferir na Petrobras, usar o banco dos Brics e a Vale para “reabilitar” Dilma e Guido Mantega, desautorizar Fernando Haddad...

Na comparação dos dois balanços, dos erros de Lula e o distribuído na reunião de segunda-feira sobre os feitos do governo, o governo vai bem, quem vai mal é o presidente. Para desespero, aliás, de quem morre de medo da volta do bolsonarismo. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO EL DORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quintzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quintzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

### Transparência

## CGU fala em ‘razões legítimas’ para imposição de segredo

**Controladoria-Geral da União critica gestão Bolsonaro e diz que órgãos negam acesso a dados após análise de cada caso**

BRASÍLIA

A Controladoria-Geral da União (CGU) afirmou, em nota, que a gestão de Jair Bolsonaro usava o sigilo de cem anos indevidamente e disse que há razões legítimas para que o segredo seja adotado, a depender do caso. O órgão também destacou que o atual governo vem tomando medidas para assegurar maior transparência.

“Em atendimento ao despacho presidencial de 1.º de janeiro de 2023, que determinou a adoção de providências para revisão de atos que impuseram sigilo indevido a documentos de acesso público, a CGU identificou os principais casos que precisariam ser reavaliados e eventualmente revistos, apresentados em recurso de terceira instância, onde a restrição com base no art. 31 da Lei de Acesso à Informação (LAI), que trata de informações pessoais, havia sido possivelmente feita de forma genérica e equivocada. Nesse processo, houve revisão de 252 casos de sigilo aplicados indevidamente”, diz o comunicado.

Ainda de acordo com a CGU, o governo anterior invocava a proteção a dados pessoais e o artigo 31 da LAI como “pretexto” para deixar de divulgar in-

### Para lembrar

**Relatório apontou falta de controle de documentos**

#### ● Relatório

Como o Estadão mostrou em fevereiro, relatório produzido pela Transparência Brasil mostrou que o governo federal perdeu o controle sobre seus documentos secretos e ultrasecretos

#### ● Casa Civil

O monitoramento e a gestão dessas informações deveriam ser feitos por uma comissão vinculada à Casa Civil da Presidência, mas o órgão não sabe nem mesmo a quantidade exata de informações classificadas como sigilosas

#### ● Classificação

Desde 2012, com a regulação da LAI, órgãos e ministérios devem enviar relação à Comissão de Reavaliação de Informações de documentos classificados como reservado, secreto e ultrasecreto. Essas relações trazem os argumentos para justificar o sigilo

#### ● Defasagem

No entanto, esse processo está “defasado”, como admitiu o próprio governo. Não há padrão nas informações e os dados estão incompletos. A CGU informou que passaria a analisar mensalmente os sigilos impostos por ministérios e órgãos do governo

formações que, pela lei, deveriam ser públicas. “Isso é o que ocorreu, por exemplo, em casos de agendas públicas, registros de entradas e saídas de prédios públicos, processos administrativos, entre outros que se notabilizaram no último governo.” No levantamento feito pela reportagem, há casos em que o órgão, ao negar a informação, não cita, na resposta, o artigo da LAI que prevê sigilo de cem anos, mas, ainda assim, considera se tratar de dados pessoais.

‘CASO CONCRETO’. “A negativa a pedidos de acesso à informação é realizada com base em análise de cada caso concreto, e há razões legítimas para que

seja empregado a depender do caso”, informou a controladoria. “Além de ter revisito e normatizado a imposição de sigilos de maneira indevida com fundamento no artigo 31 da LAI, a CGU adotou uma série de medidas estruturantes para promover a transparência.”

O órgão citou, como exemplo, a criação do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação e a Política de Transparência e Acesso à Informação, que “consolidam princípios e diretrizes para superar o arcabouço normativo disperso e heterogêneo para ação governamental”. ● TL

### ‘Computadores para Inclusão’

## Comunicações diz que doação de computadores segue critérios técnicos

O Ministério das Comunicações disse ao Estadão que a distribuição de equipamentos para prefeituras beneficiadas pelo programa Computadores para Inclusão obedece a requisitos técnicos e negou qualquer favorecimento a municípios administrados por parentes do atual ministro da pasta, Juscelino Filho.

Como mostrou ontem o Estadão, as cidades maranhenses de Vitorino Freire e São Mateus do Maranhão receberam mais computadores do programa do Ministério das Comunicações, no primeiro ano do governo Lula, do que a maioria dos municípios do Estado. A prefeitura de uma das cidades é comandada pela irmã de Juscelino e a outra, por um primo do ministro.

No ano passado, a pasta de Juscelino entregou 2.210 computadores a 77 municípios do Maranhão – de um total de 217 existentes no Estado. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação mostram que 81% dos 77 beneficiados pelo programa receberam 20 equipamentos cada. Já Vitorino Freire, administrado por Luanna Rezende (União Brasil), irmã do ministro, levou 120 máquinas; e São Mateus do Maranhão, atualmente nas mãos de Ivo Rezende (PSB), primo de Juscelino, ficou com outros 55 computadores.

“Em relação às cidades de Vitorino Freire e São Mateus do Maranhão, havia demandas registradas, infraestrutura

para receber os laboratórios e necessidade”, informou o ministério, em nota. Segundo a pasta, “as doações de computadores têm como critério o indicador estadual de inclusão digital do programa, que leva em conta índices como taxa de pobreza, percentual de laboratórios de informática em escolas públicas, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), população, entre outros”.

**ÍNDICE DE INCLUSÃO.** A pasta de Juscelino Filho registrou ainda que “as doações são feitas conforme a manifestação de interesse de órgãos públicos e entidades, cujo cadastro é disponibilizado de forma pública e transparente” no portal do ministério, e conforme a infraestrutura de cada cidade.

### Parentes

**Cidades comandadas por irmã e primo de ministro foram beneficiadas por programa da pasta**

“O Maranhão é o segundo Estado mais carente, conforme o índice de inclusão digital, atrás apenas da Bahia e seguido por Pará, Paraíba e Alagoas. No Maranhão, por exemplo, apenas 9% das escolas públicas possuem laboratório de informática. Além disso, havia demanda de pedidos não atendidos anteriormente”, afirmou a pasta, no comunicado. ●